

## Educação, Escola e Sociedade

### A formação pedagógica dos docentes bacharéis: proposição da formação continuada em um instituto federal de Minas Gerais

#### The pedagogical training of graduate teachers: proposition of continuing education in a federal institute of Minas Gerais

Josenilda de Souza Silva<sup>1</sup>

Maria Célia Borges<sup>2</sup>

#### Resumo

O presente artigo é parte integrante de uma pesquisa de doutorado em curso, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, já aprovada pelo Comitê de Ética da referida instituição, cujo objetivo é analisar as políticas de formação continuada propostas por um instituto federal no Estado de Minas Gerais, no marco de dez anos de existência dos institutos federais (IF), considerando a conjuntura política de gênese e expansão dessas instituições. Os IF, devido à natureza da sua criação, ofertam desde o Ensino Técnico e Tecnológico até cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu*, o que demanda uma expressiva quantidade de profissionais para lecionar em seus cursos, admitindo, para tanto, docentes com diversificados tipos de formação. Muitos profissionais, por possuir o título de mestrado e doutorado apenas, são admitidos sem se considerar a formação pedagógica necessária ao exercício da docência. Ancorados na legislação que versa sobre o assunto, bem como em documentos institucionais, como o Plano de Desenvolvimento Institucional e Relatórios de Gestão, intentamos analisar as políticas de formação continuada ofertadas diante das necessidades e especificidades da docência nos IF — inclusa a necessidade de formação pedagógica do professor bacharel. Os resultados parciais apontam que, no contexto das políticas institucionais, começam a se delinear perspectivas para a formação continuada (e pedagógica) docente, a partir de 2017, porém, essas apresentam-se, ainda, insuficientes para dá conta da demanda. A relevância do estudo acentua a necessidade de reflexão sobre o papel dos IF na promoção de políticas institucionais de formação e a perenidade de ações e políticas institucionais de formação pedagógica do seu corpo docente.

**Palavras-chave:** Formação continuada. Professor bacharel. Institutos federais. Formação Pedagógica.

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Pedagoga do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG), campus Januária. E-mail: [josieifnmg@gmail.com](mailto:josieifnmg@gmail.com). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0354-6207>.

<sup>2</sup> Doutora em Educação: Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: [mariaclia@ufu.br](mailto:mariaclia@ufu.br). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5445-023X>.



## Abstract

This paper is an integral part of an ongoing PhD research at the University of Graduate Program in Education of the Federal University of Uberlândia, already approved by the Ethics Committee of that institution, whose objective is to analyze the continuing education policies proposed by one federal institute in the State of Minas Gerais, within the ten years of the federal institutes' (IF) existence, considering the political conjuncture of genesis and expansion of these institutions. IF, due to the nature of its creation, offer since the Technical and Technological Education to lato and stricto sensu postgraduate courses, which requires a significant number of professionals to teach in their courses, admitting, to this end, teachers with diverse types of training. Many professionals, because they have the masters and doctorate degrees only, are admitted without necessary for the exercise of teaching. Anchored in the legislation that concerns as well as in institutional documents such as the Institutional Development and Management Reports, we intend to analyze the continuing education policies offered in the face of the needs and specificities of teaching in IF — including the need for pedagogical training of bachelor teachers. The partial results indicate that, in the context of institutional policies, Prospects for continuing (and pedagogical) teacher education begin to be outlined in 2017, but these are still insufficient to meet the demand. The relevance of the study emphasizes the need for reflection on the role of IF in promoting institutional training policies and the continuity of actions and institutional policies of pedagogical formation of its faculty.

**Keywords:** Continuing education. Teacher bachelor. Federal institutes. Teacher training.

## INTRODUÇÃO

Na proposição desse trabalho, analisamos as políticas institucionais de formação pedagógica propostas por um instituto federal em Minas Gerais para subsidiar a atuação profissional dos docentes atuantes na Educação Profissional e Tecnológica. Dada as características e natureza dos Institutos Federais, os quais prezam pela verticalização do ensino, e portanto, contam com uma diversidade de profissionais para atuar nos cursos ofertados, procuramos analisar, especificamente, a dinâmica de um instituto federal, localizado do Norte de Minas Gerais, abrangendo o Noroeste, Vales do Jequitinhonha e Mucuri, no que se refere à formação continuada dos professores, tomando como referência o Projeto Político Pedagógico de um curso para novos docentes — primeira e segunda versão —, enquanto proposta norteadora de práticas pedagógicas para atender aos anseios e especificidades da formação docente para a educação profissional e tecnológica.

A metodologia que nos respaldamos se ancora na análise bibliográfica e documental. A análise do Projeto Político Pedagógico vai ao encontro a nossa proposta de projeto de tese de doutorado, apresentado à linha de pesquisa *Estado, Políticas e Gestão da Educação* (LEPGE), do Programa de Pós Graduação em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), cujo foco se volta às políticas de formação continuada (e pedagógica) de professores, no âmbito

dos institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) de Minas Gerais. Neste sentido, buscamos observar os aspectos discursivos presentes no documento para propiciar a formação continuada (e pedagógica) dos professores ingressantes.

## **A FORMAÇÃO PEDAGÓGICA PROPOSTA POR MEIO DO CURSO DE RECEPÇÃO DE NOVOS DOCENTES**

A proposição de cursos de formação pedagógica é uma temática atual e bastante relevante, pois, no âmbito dos institutos federais, a formação de professores é um assunto recorrente que entra continuamente na pauta das discussões, devido ao seu desenho institucional; essas instituições comportam em seu seio cursos que vão desde a educação básica até o ensino superior, sendo possível abarcar a pós-graduação *lato* e *strictu sensu*.

Diante da forma de organização pedagógica resguardada na verticalização do ensino, há uma gama de professores mestres e doutores que transitam por diversos níveis e modalidades de ensino. A exigência de maior nível de formação específica na área de conhecimento de atuação profissional exauridos nos editais de concursos públicos dos institutos federais permite o ingresso do professor bacharel mestres e doutores na docência. Os cursos de pós-graduação *stricto sensu*, no entanto, visam a formação de pesquisadores e não priorizam e/ou trazem em seu bojo, a formação pedagógica.

Normalmente, os professores definem-se a partir de suas áreas de conhecimento, centrando-se mais em suas especificidades; desse modo, desconsideram a função docente, que está claramente vinculada à missão formativa da educação superior<sup>1</sup> (ISAÍÁ, 2006). A não exclusividade em um único nível e/ou modalidade faz com que o docente transite entre o ensino básico, técnico e tecnológico. Além disto, as variedades de atribuições dos institutos federais configuram lhes em instituições plurais, sendo vastas as suas características e finalidades, pois contemplam tais quais as universidades, atividades voltadas para o ensino, pesquisa e extensão.

Os professores atuantes nessas instituições, não são exclusivos de uma única modalidade ou nível de ensino, transitando por todas elas. Em relação à atuação no ensino superior, modalidade presente nos IF, Veiga (2014) aponta como necessário “qualificar conceitualmente a docência na Educação Superior é uma tarefa que envolve formação pedagógica docente” (p. 329).

Esboçada ainda que brevemente as características e natureza de criação dos institutos federais, procuramos observar especificamente a dinâmica de um instituto no Norte de Minas Gerais no que se refere à formação continuada dos professores, tomando como subsídio o Projeto Político Pedagógico de um curso para novos docentes, enquanto norteador de práticas pedagógicas que visam atender aos anseios e especificidades da formação docente para a educação profissional e tecnológica.

O instituto em tela abarca um território com 167 municípios distribuídos em quatro mesorregiões — Norte e Noroeste de Minas Gerais, Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Diante da sua abrangência, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG) propõe-se como objetivos e como um desafio permanente está

[...] conectado com as necessidades socioeconômicas das regiões, de contribuir com a formação profissional e transformação social. Nesta tarefa, os docentes ocupam o papel central e protagonizam a preparação de cidadãos para atuarem como agentes de mudanças nos campos da atividade produtiva, econômica, social, política e cultural. Por este motivo, a capacitação e formação continuada dos docentes tem sido uma preocupação[...]. (IFNMG-PPC, 2017, 2ª VERSÃO, p. 5).

Proposto no âmbito da Pró Reitoria de Ensino do IFNMG, o curso se origina para atender à legislação, especificamente a Lei nº 12.772/2012, que versa no seu artigo 24, inciso V, que a avaliação especial de desempenho do docente em estágio probatório deverá estar atrelada à participação no Programa de Recepção de Docentes instituído pela IFE (...) (BRASIL, 2012).

Com a finalidade de atender essas determinações e observando as disposições contidas na Resolução n. 2 de junho 2015, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior e para a Formação Continuada de Professores, o IFNMG propôs o *Curso de Capacitação em Educação Profissional e Tecnológica*, como o terceiro momento e culminância do Programa de Recepção de Docentes.

O primeiro momento do Programa de Recepção de Docentes diz respeito ao ato da posse, ocorrido na Reitoria do Instituto, com a parceria da Direção de Gestão de Pessoas, onde há a recepção coletiva dos novos docentes, com a realização de palestras, relacionadas à estrutura e realidade do IFNMG, bem como a vida funcional do servidor. Nesse momento, é oportunizado o contato direto do servidor com o dirigente máximo da instituição, o reitor. Na primeira versão do Projeto do curso, é descrito como o

Primeiro Momento (6h): Encontro presencial, por ocasião das solenidades de posse coletiva, com participação dos setores PROEN, PROEX, PROPI, PROAD, PRODI, DGP, CEAD e docentes [...], ocorrerá recepção de novos servidores, bem como um momento de apresentação [...]. Cada setor ou colaborador será responsável por transmitir conhecimentos e informações relevantes para a ambientação do docente ingressante no universo organizacional e funcional [...]. (IFNMG-PPC, 2015, 1ª VERSÃO, s/p).

Conforme o documento, há a previsão do Programa Básico que abordará as temáticas voltadas para histórico da EPT; relação educação-trabalho, histórico da instituição; questões sobre ensino, pesquisa e extensão; Documentos institucionais, entre outras questões. Dispõe, ainda, sobre os recursos metodológicos para atingir os objetivos, os quais destacam o relato de experiência, debates e palestras.

O segundo momento do Programa ocorre no *campus* onde o docente será lotado. Nesse momento, faz-se a apresentação da instituição, dos servidores e setores bem como dos projetos, planos de cursos com os quais o docente trabalhará diretamente. De acordo com o PPC, esse segundo momento contará com a assessoria dos membros da Equipe Pedagógica, dos Coordenadores dos Cursos, Coordenadores e Diretores de Ensino e, também, de toda Equipe Gestora do Campus (IFNMG-PPC, 2015, 1ª VERSÃO).

Neste sentido, são feitas algumas proposições em relação ao Planejamento do Ensino, que constam:

- 1 – Apresentação dos regulamentos de cursos, enfatizando procedimentos avaliativos, prazos, encaminhamento de registros etc;
- 2 – Cadastro e capacitação para o uso do SAGU;
- 3 – Práticas Pedagógicas (oficinas: Avaliação, Metodologias, Relações Dialógicas, Ações Inclusivas, Tutorias, Monitorias e outros a critério do Campus);
- 4 – Elaboração do plano de trabalho docente, que deverá contemplar as dimensões do ensino, pesquisa e extensão;
- 5 – Apresentação do Projeto Pedagógico do Curso, pelos seus respectivos coordenadores, para conhecimento e implementação do mesmo por todos os docentes envolvidos;
- 6 – Elaboração do Plano de Ensino da Disciplina, sob a regência do docente ingressante, com base nos princípios orientadores do Projeto Pedagógico do Curso, devendo conter os seguintes itens: ementa, objetivos, conteúdo programático, metodologia, recursos, critérios, mecanismos e instrumentos de avaliação, bibliografia básica e complementar. (IFNMG-PPC, 2015, 1ª VERSÃO, s/p).

Entre as demais orientações previstas para o segundo momento, há os procedimentos para a sua execução, quais sejam: apresentação do campus, apresentação da equipe gestora; apresentação das ações de pesquisa, ensino e extensão; apresentação da Equipe Pedagógica, entre outras. Há a previsão de certificação pela Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), condicionado ao cumprimento da carga horária integral de 12 horas pelo docente.

Embora inicialmente o documento traga a informação que o período de realização do segundo momento ocorra a critério do *campus*, há uma contradição ao recomendar que “esta etapa seja desenvolvida no *campus* tão logo o docente tome exercício na unidade, sendo seu **cumprimento obrigatório em no máximo 30 dias**” (IFNMG-PPC, 2015, 1ª VERSÃO, s/p. *grifos nossos*).

Diante das propostas elencadas, nota-se uma preocupação em relação à formação pedagógica do docente ingressante ao focar, de maneira mais abrangente aspectos relacionados ao Planejamento do Ensino e a EPT.

O terceiro momento é a oferta do curso propriamente dito, em formato de Educação à Distância, por meio de um Ambiente Virtual de Aprendizagem.

A primeira versão do Projeto Político Pedagógico do curso, destinado aos novos docentes — aqueles que ingressarem no Instituto após 2015 —, propõe a carga horária total de 32 horas, ofertadas na modalidade à distância, com início no ano de 2017, organizado em três módulos, em caráter auto instrucional, sem a necessidade de apoio de tutoria, sendo cada módulo com um tema central, constituído de uma ementa trabalhada por videoaula, propostas de atividades e/ou sugestões/recomendações de leituras. Precedendo os módulos, uma aula de abertura, para introduzir o curso com a temática central da gestão educacional na EPT. Dessa forma, a matriz curricular do curso se organiza conforme o Quadro 1.

Quadro 1: Matriz Curricular do Curso

Aula de Abertura – O Docente e a Gestão Educacional da Educação Profissional e Tecnológica, 1h;
Módulo I – O trabalho e a formação docente para a Educação Profissional e Tecnológica, 10h;
Módulo II – Didática e Metodologia aplicadas à Educação Profissional e Tecnológica, 10h;
Módulo III – Educação Inclusiva e Diversidade na Educação Profissional e Tecnológica, 10h
Avaliação Final, 1h.

Fonte: IFNMG-PPC, 2015, 1ª VERSÃO

Mediante a proposta da matriz curricular, enfatiza-se o trabalho voltado, sobretudo, para a formação para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), contemplando em sua estrutura aspectos didáticos e metodológicos, o que presume que a formação pedagógica será contemplada no âmbito do curso proposto.

Na reformulação do Projeto do Curso, nova versão, percebe-se poucas alterações; ainda que mantidos e/ou organizados em três módulos, em caráter auto instrucional e sem o apoio de tutoria. Prevalece na reformulação a organização temática, onde cada um dos três módulos do curso contará com um tema central, ancorado por uma ementa que será trabalhada em uma videoaula, propostas de atividades e/ou sugestões/recomendações de leituras. Há a manutenção da aula de abertura, cuja temática central se volta à gestão educacional na EPT. A alteração proposta diz respeito à adição de tópicos especiais, com propostas de leituras ou reflexões sobre as temáticas trabalhadas, cuja finalidade é possibilitar os cursistas aprofundar os seus conhecimentos. São tópicos adicionais optativos que propõem leituras ou reflexões sobre as temáticas trabalhadas nos módulos do curso.

Na identificação do curso, constam as informações constantes no Quadro 2.

Quadro 2: Identificação do Curso

<b>Denominação do Curso:</b> Educação Profissional e Tecnológica (EPT)
<b>Carga Horária Total:</b> 40h
<b>Modalidade:</b> Educação a distância (EaD)
<b>Tipo:</b> Formação Continuada – Capacitação
<b>Ano de Implantação:</b> 2017
<b>Periodicidade de Oferta:</b> Semestral
<b>Prazo para Integralização:</b> Até 45 (quarenta e cinco) dias (conforme cronograma de oferta do curso)
<b>Público-alvo:</b> Docentes ingressantes em período de estágio probatório

Fonte: IFNMG-PPC/2017, 2ª VERSÃO

Proposto na perspectiva da formação continuada e com o objetivo de proporcionar a formação pedagógica necessária à docência na Educação Profissional e Tecnológica, a nova versão do curso propõe a

[...] pensar em uma proposta de capacitação que priorize as necessidades de formação voltadas para o atendimento das peculiaridades da prática docente na EPT. Diante disso, pode-se afirmar que a falta ou insuficiência de capacitação pedagógica um dos grandes entraves da atuação docente na EPT.

O crescente ingresso de profissionais com formações, vivências e experiências acadêmicas diferentes das realidades da EPT, representa um grande desafio para esta atuação do novo professor. (IFNMG-PPC, 2017, 2ª VERSÃO, p. 7)

Ao reportamo-nos ao Projeto Político Pedagógico do curso, em sua Justificativa esse enfatiza que

[...] faz-se necessário pensar em uma proposta de capacitação que priorize as necessidades de formação voltadas para o atendimento das peculiaridades da prática docente na EPT. Diante disso, pode-se afirmar que a falta ou insuficiência de capacitação pedagógica é um dos grandes entraves da atuação docente na EPT. O crescente ingresso de profissionais com formações, vivências e experiências acadêmicas diferentes das realidades da EPT, representa um grande desafio para esta atuação do novo professor. (IFNMG-PPC, 2017, 2ª VERSÃO, p. 7)

Entre as intencionalidades da oferta do curso, destaca-se:

- o fortalecimento de uma identidade profissional para os docentes ingressantes [...]
- o desenvolvimento do trabalho dos docentes em consonância com as políticas públicas para os Institutos Federais e a EPT;
- a função do docente enquanto agente de transformação e inclusão social.
- Neste sentido, o curso de capacitação em EPT [...] ao articular a formação inicial e continuada com a missão social da instituição, assegurará a expansão qualitativa e quantitativa da EPT no Norte de Minas Gerais, bem como a firmação de uma identidade profissional e institucional. (IFNMG-PPC, 2017, 2ª VERSÃO, p. 08).

Diante dos objetivos, justificativa e do desenho curricular esboçados tanto na primeira quanto na segunda versão do curso, o qual intenta capacitar os professores que não possuem a formação pedagógica necessária ao exercício da docência e aos desafios da EPT, corroboramos que há a necessidade de investimento institucional em capacitação para subsidiar a atuação do professor ingressante no quadro efetivo de servidores do IFNMG, visto que muitos dos novos professores não tem a experiência, vivência e/ou familiaridade com a educação profissional e tecnológica, agravada pela sua formação inicial, quer seja, oriunda de cursos de bacharelado. Nesse sentido, Pimenta e Anastasiou (2002) consideram que “esses profissionais, embora com ampla experiência em suas áreas específicas, encontram-se muitas vezes despreparados para exercer o magistério” (p. 37).



Em termos concretos, desde a sua instituição em 2015, o curso apresenta os seguintes resultados<sup>3</sup>:

- ✓ No segundo semestre de 2017, 01 turma com 129 docentes que concluíram o curso;
- ✓ No primeiro semestre de 2018, 01 turma, com 40 docentes concluintes.

Considerando os resultados apresentados, é decrescente o número de docentes atendidos pelo Programa, o que gera algumas indagações: O quantitativo está associado ao número de ingressantes? Quando esse número for menor, os docentes serão atendidos pelo programa individualmente e/ou em pequenos grupos? Quais as implicações e/ou penalidades para os docentes que não quiserem fazer o curso? São questões que serão aprofundadas, *a posteriori*, no nosso estudo.

Nessa análise não foi possível o levantamento de dados referentes a entradas e saídas — ingresso e conclusão do curso — a fim de compará-los, o que será posteriormente levantado para aprofundamento da pesquisa.

## CONSIDERAÇÕES

O estudo empreendido buscou analisar como se dá a formação pedagógica do professor bacharel, admitido nos institutos federais para o exercício da docência. Neste sentido, buscamos no seio das políticas institucionais de um instituto federal verificar quais as ações e/ou programas propostos ou desenvolvidos para o cumprimento das determinações legais. Ancoramo-nos, então, no Projeto Político Pedagógico do Programa de Recepção Docente, 1ª e 2ª versão, como sendo o terceiro momento do programa.

Constatamos que tais documentos trazem em seu bojo uma proposta voltada, sobretudo, para formação para a EPT, mas, sem deixar de lado temáticas voltadas para a formação pedagógica do docente, independentemente de suas áreas e origem de formação.

Em relação à formação pedagógica é necessário atentar para que não somente se instrumentalize os profissionais para o exercício da docência, mas, sobretudo, torna-se indispensável a revisão de conceitos, metodologias e diretrizes. De igual modo, as instituições precisam atentar-se para o fato que a formação ofertada não seja subjugada apenas a arranjos

---

<sup>3</sup> Conforme dados obtidos com a Pedagoga da Pró Reitoria de Ensino, responsável pelo curso.

legais, sob risco de promoção do seu caráter emergencial e aligeirado. Assim, a questão da formação pedagógica do professor deve estar conectada com as pesquisas atualizadas, com as didáticas das mais diversas áreas, além de possibilitar a reflexão sobre a prática cotidiana, de modo que o trabalho do docente seja de fato reflexivo e significativo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 1, 30/12/2008.

BRASIL. Lei no 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, e dá outras providências. Brasília, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Resolução CNE/CP n. 02/2015, de 1º de julho de 2015. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, seção 1, n. 124, p. 8-12, 02 de julho de 2015.

ISAÍÁ, S. M. A. Desafios à docência superior: pressupostos a considerar. In. RISTOFF, Dilvo; SEVEGNANI, Palmira. (Org.). Docência na educação superior. Brasília, INEP, 2006.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. C. Docência no Ensino Superior. São Paulo: Cortez, 2002.

IFNMG. Projeto Pedagógico do Curso Capacitação em Educação Profissional e Tecnológica (EPT). 2015.

IFNMG. Projeto Pedagógico do Curso Capacitação em Educação Profissional e Tecnológica (EPT). 2017.

**Artigo recebido em: 02/07/2018**

**Artigo Aceito em: 01/09/2018**